



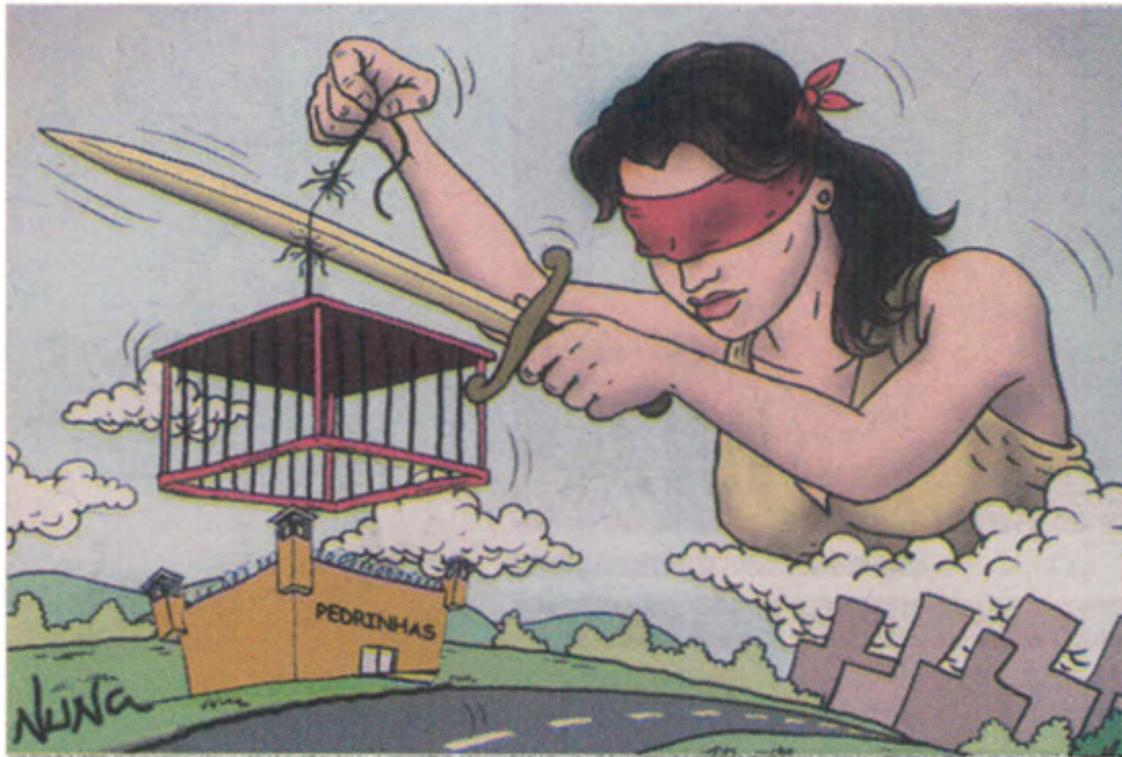
**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

13/01/2014

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	2 - 3
2.2. PRESIDÊNCIA.....	4
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	5 - 7
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	8 - 9



Juiz sugere remanejar presos de Pedrinhas para presídio feminino

Para o titular da 2ª Vara de Execuções Penais, Roberto de Paula, mudança resolveria, por hora, a superlotação no complexo. **Polícia 3**

Juiz sugere transferência de detentos de Pedrinhas para penitenciária feminina

Mudança seria uma solução para superlotação no complexo; secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, considera proposta inviável

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

Diante dos graves problemas gerados pela superlotação no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, o juiz da 2ª Vara de Execuções Penais, Carlos Roberto de Paula, sugeriu a transferência de presos do Presídio São Luís I e II para a Penitenciária Feminina. A ideia do magistrado, porém, é considerada inviável pelo secretário da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), Sebastião Uchôa, que espera entregar a nova Casa de Detenção (Cadet) até o fim do mês.

"Não considero viável a sugestão do magistrado por dois motivos. O primeiro é que, estrategicamente, não seria interessante a liberação dessas mulheres; e o segundo é que o prédio da Cadet, que foi destruído durante a rebelião registrada em outubro de 2013, já passa pela fase de acabamento, e acreditamos que a



Juiz da 2ª Vara de Execuções Penais, Roberto de Paula, apresenta medida para diminuir superlotação

Arquivo

unidade prisional será entregue até o fim deste mês. A reabertura da Cadet vai, com certeza, desafogar as demais unidades", explicou o titular da Sejap.

O juiz titular da 2ª VEP, no entanto, entende que o remanejamento dos presos da unidade de segurança máxima para o prédio que atualmente abriga as mulheres significaria um fôlego a mais nas demais unidades prisionais da capital. "Seriam mais de 200 novas vagas destinadas a presos do regime fechado e do semiaberto. É claro que não resolveria o problema, mas estamos falando de uma oferta de vagas emergencial", lembrou Carlos Roberto de Paula.

A superlotação nas unidades prisionais que compõem o Complexo de Pedrinhas tem sido um dos principais problemas enfrentados pela Administração Penitenciária. Só em 2013, pelo menos 60 detentos foram mortos dentro dos pavilhões e, além

da guerra entre integrantes de facções criminosas rivais, a falta de espaço nas celas foi sempre uma das reclamações dos encarcerados. Em números gerais, a Sejap revela que existem 4.700 presos para 3.300 vagas.

Como se não bastasse a falta de vagas nos presídios da capital, dezenas de pessoas continuam sendo presas em flagrante, todos os dias, por diversos crimes, tais como roubo, furto e principalmente tráfico de drogas. Essa semana, as vagas na Penitenciária Feminina de Pedrinhas também sofreram uma baixa com a prisão de pelo menos cinco mulheres que tentaram entrar nas unidades prisionais portando drogas, aparelhos celulares, chips e até serras.

Providência - Para resolver o problema, ou pelo menos amenizá-lo em curto prazo, o Governo do Estado anunciou uma sé-

rie de medidas para melhorar o sistema carcerário, com investimentos da ordem de R\$ 131 milhões. Entre as áreas de aplicação dos recursos, tais como reaparelhamento de segurança, capacitação profissional dos detentos, apoio às famílias, a construção de novos presídios é umas providências que já saíram do projeto.

Trata-se de um presídio de segurança máxima, cujas obras já começaram às margens da BR-135, próximo ao município de Rosário. A unidade prisional terá capacidade para 150 novas vagas que vão desafogar o Complexo de Pedrinhas. Além deste, os presídios das cidades de Coroatá, Codó e Balsas já passam por reformas e ampliações e juntos vão ofertar 500 novas vagas. O Presídio de Imperatriz também já está quase pronto, e vai oferecer 250 vagas.

Relembre o caso

A construção, reforma e ampliação dos novos presídios do Maranhão fazem parte das 11 medidas apresentadas pela governadora Roseana Sarney e pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por meio do Comitê Gestor de Ações Integradas, que visa a resolução da crise no Sistema Penitenciário do Maranhão, em parceria com o Governo Federal. Além da criação do comitê e da construção de unidades prisionais, o governo já trabalha na remoção de presos; mutirão das defensorias públicas; auxílio da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP); plano de ação integrada de inteligência e segurança nacional; núcleo para famílias dos apenados; saúde prisional; penas alternativas; e integração do ministério público e Poder Judiciário.

Mais cobertura

É fundamental a presença da Defensoria Pública em todas as comarcas como mecanismo de garantia de acesso universal e igualitário de todos à justiça, conforme a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleonice Freire. E se depender do trabalho do órgão nos últimos anos, esta presença está garantida.

Se não, vejamos: o número de defensores públicos no Maranhão pulou de 47, em 2010, para 120, atualmente.

A cobertura do trabalho realizado pela Defensoria Pública, consequentemente, passou de um universo de seis para 25 comarcas, com salto de 11 para 55 municípios beneficiados.

CÁRCERE

Presos vão para presídio feminino

SANDRA VIANA

“Estamos sugerindo o recolhimento domiciliar a todas as detentas do presídio feminino, que ficariam sob medidas cautelares. Não há como, em curto prazo, ser construída unidade prisional”, afirmou o juiz Carlos Roberto de Paula, titular da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP). Ele defende a liberação das internas do Presídio Feminino e a destinação das 202 vagas para internos do Complexo de Pedrinhas. Segundo ele, a medida, que é de caráter emergencial, atenuaria os problemas de superlotação no sistema penitenciário do Estado. “Já se passaram 90 dias do decreto de emergência e não há um tijolo sentado”, disse o juiz sobre o pacote de obras do Governo do Estado para o sistema,

divulgado em novembro passado. Atualmente, há mais de mil presos excedentes no sistema do Maranhão, segundo o juiz.

Seriam cerca de 450 vagas com a liberação da Penitenciária Feminina e a entrega da Casa de Detenção, que passa por reforma, e segundo a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), vai ser entregue no fim deste mês. O juiz reconhece que, mesmo essa soma não resolveria a situação de superlotação, mas ajudaria a diminuir o clima tenso em que se encontra o Complexo. “Iríamos oxigenar o sistema, isso, até que o pacote de obras seja concluído”, ressalta Roberto de Paula. Dentro do Complexo, o presídio São Luís I está com 100 presos a mais que a capacidade; a CCPJ de Pedrinhas com 200; Cadet, 300. No

presídio do Monte Castelo há 180 a mais. “Só aí vemos o quanto há de superlotação. Criar mais vagas é uma necessidade de emergência e essa sugestão favorece o atendimento a essa urgência”.

A medida foi sugerida pelo juiz em reunião, semana passada, com presença do secretário de Estado de Segurança (SSP), Aluísio Mendes; o titular da Sejap, a corregedora Nelma Sarney; e juízes criminais. Não é o ideal, mas o possível no momento, aponta o juiz, acrescentando que, para surtir efeito, é preciso que cada envolvido faça sua parte. O juiz tem autonomia para liberar as internas do regime fechado, no entanto, precisaria de ação das demais autoridades judiciárias para liberar as provisórias e que a Sejap redirecionasse a unidade feminina para remoção dos ho-

mens apenados. “Não depende só de mim. Eu concedo o recolhimento domiciliar das detentas, desde que as demais medidas sejam tomadas, senão, a medida não terá eficácia”, ressaltou.

O titular da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Sebastião Uchôa, é contrário à medida, que considera inviável. O secretário afirma que a Casa de Detenção (Cadet), que passa por reforma, será entregue no fim deste mês, tornando sem efeito a sugestão do magistrado. Uchôa aponta ainda a inviabilidade estratégica – o Presídio Feminino é próximo do masculino – e estrutural, pois este não é de segurança máxima e foi construído de forma diferenciada. As demais autoridades não chegaram a consenso sobre a sugestão.

**Eliziane Gama
critica restrição
durante vistória
no Complexo de
Pedrinhas**

POÍTICA 3

CRISE EM PEDRINHAS

Deputada critica privilégio governista

Eliziane Gama reclama da obstrução que a Comissão dos Direitos Humanos do Maranhão e outros órgãos dos direitos humanos tiveram para fazer vistoria no complexo de Pedrinhas

MARCUS SALDANHA

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal fará hoje uma 'visita' ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, e a deputada estadual Eliziane Gama (PPS) acredita que a obstrução que a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia teve durante vistoria no Complexo de Pedrinhas, na última sexta-feira (10), não deve se repetir com a comissão mista do Senado. "Os governistas não têm dificuldade para entrar lá. Roberto Costa (PMDB), da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, visitou todo o Complexo sem obstruções. Da mesma forma será com a comissão do Senado, haja visto que a senadora Ana Rita é do PT", critica a parlamentar que preside a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia (CDHM).

Eliziane reclama da obstrução que a CDHM e outros órgãos dos direitos humanos tiveram para fazer a vistoria: "Entramos no Centro de Detenção Provisória e percebemos um clima de tensão nos funcionários em relação a nossa presença. O telefone não podia tocar, não tínhamos fôno e não podíamos entrar no Presídio São Luís 1", descreve a parlamentar.

A deputada aponta que a obstrução é um desrespeito à Convenção Internacional de Combate à Tortura: "Somos representantes de instituições dos Direitos Humanos e devemos ter acesso direto ao presídio. Por conta da obstrução, ficamos limitados à triagem do presídio", denuncia.

O grupo formado por membros da CDHM da Assembleia Legislativa do Maranhão, OAB, Ministério Público e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos tinham como objetivo fazer uma vistoria em Pedrinhas para detectar mudanças desde a última visita da Comissão em outubro do ano passado.

Mas, apesar da restrição, a



NEIDSON MOREIRA/IMPRESS 11/10/2012

A deputada aponta que a obstrução é um desrespeito à Convenção Internacional de Combate à Tortura

comitiva conseguiu identificar uma série de problemas que, segundo o vice-líder do governo na Assembleia e presidente da Comissão de Segurança Pública, Roberto Costa, que visitou o presídio dois dias antes da CDHM, já haviam sido sanadas. "Celas com capacidade para 11 detentos com 23 celas, mas uma parede separando as celas e os rivais do 'Bonde dos 40' e PCM e um pode ouvir o que o outro fala; a água da chuva molha os presos; lixo na entrada das celas", lista a deputada algumas das irregularidades que segundo ela ainda não foram corrigidas.

Comissão Mista

Além da presidente da CDH, senadora Ana Rita (PT-ES), estarão no Maranhão os senadores João Capiberibe (PSB-AP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Humberto Costa (PT-PE). "No primeiro momento, vamos fazer um diagnóstico da situação, sobretudo com relação às providências adotadas, para monitorá-las e acompanhá-las de perto", explica Ana Rita.

De acordo com a senadora,



Eu não posso permanecer em uma sessão onde se trata dessa forma uma pessoa que colocou sua opinião

Simplicio Araújo, membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

um balanço da visita deverá ser apresentado durante a primeira reunião ordinária da comissão, em 5 de fevereiro. Ela acredita que uma eventual intervenção federal no sistema penitenciário maranhense depende da efetividade das medidas traçadas para resolver o problema.

Sobre a possibilidade de uma intervenção federal no Maranhão, a senadora disse que falou com a governadora Roseana Sarney por duas vezes e que a Comis-

são acompanhará as iniciativas na medida do possível. "Se elas forem efetivas, não há necessidade de intervenção", afirmou a parlamentar.

O roteiro dos senadores e deputados, além de visita ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, com acompanhamento da Polícia Federal, incluirá encontros com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, a governadora Roseana Sarney, o Ministério Público do Maranhão e o Tribunal de Justiça do Estado.

É possível que os parlamentares se encontrem com a família de Ana Clara Santos. A menina de 6 anos morreu após sofrer queimaduras em 95% do corpo durante os ataques de 3 de janeiro contra ônibus e postos policiais, encomendados por detentos que comandam facções criminosas em Pedrinhas.

"Estamos levantando elementos para tomar providências reparadoras. Vamos levantar mais informações hoje durante a visita", disse Simplicio Araújo, que é defensor da ideia de intervenção federal no Maranhão e que disse ainda esperar não haver obstrução na vistoria de hoje.

Retrocesso

O Brasil vai ganhar um novo Código Penal, com a atualização de regras de conduta para a nova realidade da sociedade, trazendo temas que sequer eram pensados em 1940, quando o Código foi instituído pela ditadura de Getúlio Vargas.

Alvo de críticas por não incorporar sugestões da sociedade e de especialistas em Direito Criminal em temas como aborto, eutanásia e porte de entorpecentes, o novo ordenamento foi conduzido de forma açodada e pode dificultar a atividade jurisdicional e a Justiça, representando um retrocesso para a democracia brasileira.

Juristas reconhecem que o Código Penal – em vigor desde 1942 e inspirado no código da Itália fascista de Mussolini – merece ser reformado, mas questionam quais condutas merecem ser criminalizadas, e quais políticas criminais e penitenciárias devem ser adotadas a partir de agora.

O objetivo é evitar incongruências e equívocos na fixação de penas, punições na legislação que afeta a vida, a liberdade, a segurança, o patrimônio e outros bens jurídicos de milhões de pessoas, para que Código não se torne um instrumento de injustiças, ao invés de cumprir o seu relevante papel social.

O debate sobre o novo Código Penal trouxe à tona temas considerados tabus e há muito tempo evitados como aborto, eutanásia e prostituição, que precisam ser discutidos de modo multidisciplinar.

O Código Penal é dividido em duas partes. A primeira é a chamada geral, que traz um conjunto de normas regulando a aplicação e interpretação dos crimes e penas. A outra é a específica, que estabelece a pena para cada tipo de crime.

Nenhuma delas escapa das críticas dos juristas. A parte geral não necessitava de reforma ampla. Ela foi reformada em 1984 por juristas especializados. No caso da parte específica, a comissão cometeu muitos equívocos.

Problemas estruturais, somados à falta de técnica legislativa e filiação doutrinária coerente, levaram especialistas a considerarem o texto indevido em muitos pontos, com imperfeições técnicas que podem comprometer o devido processo legal, as garantias individuais, as liberdades e o amplo direito de defesa.

Para os críticos, os pontos negativos seriam suficientes para demonstrar a incongruência do projeto, que tem muitas falhas, faltando coerência entre os seus artigos.

Tem um dispositivo que prevê a punição de até quatro anos de prisão para quem maltrata um animal, mas estabelece pena de apenas seis meses nos casos de omissão de socorro a uma criança.

Um dos artigos define eutanásia como matar um paciente em estado terminal, por compaixão e a pedido dele. A pena é de até quatro anos. Mas o texto permite que o juiz deixe de aplicar a pena se o crime for praticado por parente da vítima, sem exigir que a gravidade do estado de saúde seja comprovada por um médico.

Na opinião de especialistas, a aprovação do projeto traria insegurança jurídica, dificultando saber o que é e o que não é crime, colocando a nação sob uma legislação que vai afetar o dia a dia de todos. A especificação de crimes feita sem critério, sem o mínimo de proporcionalidade, levaria a um grande sentimento de injustiça.

Assuntos polêmicos precisam ganhar contornos mais nítidos tendo em vista as necessidades e os problemas dos cidadãos, que já não encontram parâmetros numa legislação imposta há mais de 70 anos.

O que se quer é que o novo Código Penal seja fruto de uma preocupação sincera e não apenas uma jogada de marketing do Congresso Nacional, que tem se mostrado uma instituição incapaz de tomar decisões importantes para a sociedade brasileira.

Senadores da Comissão de Direitos Humanos farão diligências nos presídios do Maranhão

Os senadores que compõem a Comissão de Direitos Humanos do Senado vão verificar in loco a situação do Presídio de Pedrinhas. A visita será feita nesta segunda-feira (13). Até o momento está confirmada a vinda da presidenta da comissão, Ana Rita (PT-ES), e dos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP). As atividades começarão às 10h, quando os senadores se reunirão com representantes da sociedade civil organizada na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para tomar conhecimento de denúncias de violações de direitos humanos nos presídios maranhenses.

PÁGINAS 8

Comissão de Direitos Humanos do Senado visitará Presídio de Pedrinhas

Os senadores que compõem a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado vão verificar in loco a situação do Presídio de Pedrinhas, no Maranhão. A visita ao estado será feita nesta segunda-feira (13). Até o momento está confirmada a vinda da presidenta da comissão, Ana Rita (PT-ES), e dos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP).

As atividades começarão às 10h, quando os senadores se reunirão com representantes da sociedade civil organizada na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para tomar conhecimento de denúncias de violações de direitos humanos nos presídios maranhenses.

Em seguida, às 12h30, eles irão ao Presídio de Pedrinhas, onde 60 presos morreram no

ano passado. Os senadores ainda terão audiências no Ministério Público e no Tribunal de Justiça do estado. No fim do dia, a comissão se reunirá com a governadora Roseana Sarney.

O Maranhão vive uma crise no sistema penitenciário que resultou em ataques a ônibus, deixando a população de São Luís aterrorizada. Os ataques, segundo a polícia, foram ordenados por detentos. Os incêndios a ônibus causaram a morte de uma criança e ferimentos em quatro pessoas. Na quinta-feira (9), o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a governadora Roseana Sarney reuniram-se na capital maranhense. Após o encontro, Cardozo e Roseana anunciaram um pacote de medidas para melhorar a situação nos presídios do estado.